

## A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS EXPROPRIADOS DO CAMPO EM PITANGA-PR E A PLASTICIDADE DO TRABALHO.

Adriano Makux de Paula<sup>1</sup>

Caroline Aparecida Marchioro Tracz<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar como os camponeses expropriados, os quais são obrigados a migrarem para as cidades, estão se reterritorializando e vivenciando uma situação de plasticidade do trabalho. Essa problemática ocorre pela imposição das diretrizes do capital do agronegócio que concentra terras e cerceia o mercado para os produtos que não seguem a sua padronização, a qual significa: produção de *commodities*, que utilizam uma grande quantidade de agrotóxicos e outros elementos químicos que trazem impactos negativos para saúde, além de intensificar a pobreza nas regiões onde há a sua forte territorialização, como é o caso de Pitanga/PR. A pesquisa foi elaborada a partir das técnicas qualitativas como: análise bibliográfica, busca de dados estatísticos e entrevistas.

**Palavras-chave:** Camponês, Capital, Território, Expropriação

### Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a reterritorialização dos camponeses que estão sendo expropriados do campo em Pitanga-PR. Mostrando com base nos relatos das pessoas entrevistadas a materialização da plasticidade do trabalho que acaba revelando um movimento por meio da migração.

As relações de poder representadas pelas formas de apropriação territorial, pelos conflitos entre capital x trabalho e pelas relações políticas, culturais e econômicas são responsáveis pela territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho. Como relata Souza (2015) o espaço territorializado é instrumento de exercício de poder.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná –UFPR, e-mail: adriano\_makux@hotmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Centro-Oeste, e-mail: marchioro.caroline@gmail.com

Saquet (2010) falando sobre o trabalho de uma forma mais ampla diz que ele está na interface entre a sociedade e a natureza possuindo conteúdo social e portanto relações de poder. É por meio dele que os homens constroem, desconstroem e reconstróem seu habitat. Assim entender as des-re-territorializações sofridas pelos camponeses em Pitanga é de suma importância para compreender os processos sociais característicos desse século XXI.

Metodologicamente, buscou-se usar as técnicas qualitativas que se caracterizam pela “íntima relación existente entre diseño, técnicas, análisis y construcción teórica -que en la práctica invalida una separación tajante de las etapas” (SCRIBANO E ORTEZ, 2007. p.23). Segundo Oliveira (2010, p.22) a “Pesquisa Qualitativa é analítica e interpretativa, busca refletir e explorar os dados, que podem apresentar regularidades para criar um profundo e rico entendimento do contexto pesquisado”.

Assim, foram usadas as entrevistas semi-estruturadas coletadas durante a pesquisa de Mestrado. Elas ocorreram em diferentes lugares como: em frente a pontos de ônibus que se direcionavam para as mais variadas comunidades, supermercados, feirinha, visitas em propriedades e participação em eventos direcionados para os camponeses. Ao todo foram entrevistados quarenta e dois camponeses.

Após esse processo foi feita a sistematização dos dados coletados e selecionados para o objetivo do artigo quatro falas de camponeses que são os chamados de casos ideias que são exemplos paradigmáticos para responder as perguntas da pesquisa.

Dessa forma, o artigo está estruturado da seguinte maneira: em um primeiro momento apresenta-se os objetivos do mesmo, posteriormente discute-se a reterritorialização dos camponeses e a plasticidade do trabalho levando-se em consideração os processos que ocorrem no recorte espacial já relatado anteriormente.

### **A reterritorialização dos camponeses expropriados de Pitanga/PR**

Entende-se a reterritorialização como um processo onde o sujeito se territorializa em outro território, com outras relações sociais e realidades, se reconstruindo, criando novos valores e transformando os construídos no seu antigo território, deste modo, a reterritorialização “se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a

sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades.” (HAESBAERT, 1999, p.185).

Quando o camponês é expropriado da terra, do trabalho e da renda, o mesmo procura outras maneiras de se reproduzir. Obrigando que ele se torne assalariado, assumindo diferentes funções que o capital impõe no atual momento de reestruturação produtiva, no qual, está imperando o toyotismo:

Está-se diante, pois, dos rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial, que adota as formas e procedimentos derivados/combinados do taylorismo-fordismo para o toyotismo, bem como outras formas de organização do processo de trabalho que impactam diretamente na diminuição do operariado industrial tradicional, na expropriação de milhões de camponeses, no aumento crescente da legião de desempregados, na profunda redefinição do mercado de trabalho. (THOMAZ JR, 2006, p.10)

No espaço rural de Pitanga essas mudanças começam a ser sentidas com a inserção de máquinas que exigem hoje um trabalhador qualificado para que possa operá-las. Recentemente o sindicato dos trabalhadores rurais disponibilizou um curso técnico para preparar os trabalhadores a essas mudanças como mostra a figura 1.



FIGURA 1 - IMAGEM DA DIVULGAÇÃO DO CURSOS PARA OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2014)

Devido as expropriações/desterritorializações o camponês passa a viver o processo de plasticidade do trabalho, que é essas mudanças rotineiras de funções em curtos períodos. Esse processo vai caracterizar o chamado movimento territorial de classe da classe trabalhadora que é:

[...] a expressão geográfica da plasticidade do trabalho, conceito, aliás, que nos têm permitido entender as (re)existências e (des)realizações das diferentes formas e manifestações do homens e mulheres que trabalham. (THOMAZ JR. 2013, p.12)

Vários deles quando migram para cidade encontram empregos que não exigem uma qualificação avançada, geralmente no setor de serviços, isso ficou claro quando perguntou-se para onde e no que trabalham hoje as pessoas desterritorializadas do campo em Pitanga:

**Autor:** Mas e aqui, por exemplo, na cidade? Quando o senhor não vai pra colheita da maçã o que o Senhor faz? **Sr. Jurandir:** Quando eu não vou pra colheita lá, eu fico vendendo sorvete na rua aqui, as vezes fazendo... fazendo algum biquinho que aparece ai, servente de pedreiro, só que aqui a gente trabalha, um dia, dois dias por semana. **Autor:** Alguém da sua família já foi embora pra outra cidade? **Sr. Jurandir:** Tenho duas irmãs que moram em Santa Catarina, uma em Joinville e outra em Blumenau. **Autor:** No que elas trabalham hoje? **Sr. Jurandir:** Elas trabalham de doméstica né. (JURANDIR,2014)

O Sr. Jurandir que mora na comunidade rural do Rio do Meio, releva a plasticidade do trabalho que o camponês expropriado se obriga a entrar para conseguir manter o seu sustento, pois segundo ele a renda gerada na propriedade é insuficiente, dessa forma concorda-se com Thomaz Jr. (2009, p.113) quando diz que a plasticidade do trabalho reflete as:

[...]mudanças rotineiras de tarefas e atividades ao longo do ano ou mais propriamente, a dinâmica geográfica do trabalho e os rearranjos territoriais constantes, expressos na territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Joinville-SC está sendo um dos principais destinos da população que migra do campo para a cidade, além de Curitiba-PR e de São Paulo-SP, como conta o Sr. Paulo que possui uma propriedade de 9 ha na comunidade Rio XV de Baixo:

**Autor:** Alguém da sua família precisa trabalhar fora para complementar a renda da casa? **Sr. Paulo:** Praticamente minha família tudo trabalha fora, tenho 5 filhos tudo trabalha fora **Autor:** E pra aonde eles mudaram? **Sr. Paulo:** Pra São Paulo **Autor:** E no que eles trabalham lá? **Sr. Paulo:** Tem 3 trabalham um na metalúrgica de alumínio lá, a Vap que chama, outro trabalha na comercialização alimento e um trabalha por conta lá, tem uma lanchonete, trabalha por conta dele lá.

Essas desterritorializações revelam as questões macroestruturais assentadas nas contradições do capital aliado com o Estado. Mostrando ainda como elas estão agindo para se apropriar das riquezas e das terras que ainda estão nas mãos dos camponeses, os quais, não possuem uma relação com a terra estritamente capitalista. Como mostra essa camponesa que também migrou para Joinville-Sc:

**Autor:** Quais foram os motivos que fizeram com que você se mudasse para a Cidade? **Sra. Teodora:** Porque eu tinha certeza né, que ia *trabalhar*, ganhar o meu dinheiro, ia ter o meu salário e na roça não tinha (TEODORA, 2013).  
(grifos dos autores)

A fala da camponesa imigrante é representativa quando se relaciona com as grandes dificuldades de se viver no campo, pois a concentração de terras, renda e a falta de trabalho desterritorializa cada vez mais esses sujeitos. O fato de ela relatar que não tinha salário e nem dinheiro revela o dilema vivido, principalmente, pelos jovens. Estes não tem esperança de ter terras para trabalhar, pois dos pais a área é pequena, a reforma agrária não se efetivou e a política de financiamento é ineficaz. Além do mais a falta de empregos também é grande em razão da ainda acelerada modernização agrícola<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Essas questões relacionadas ao município de Pitanga-PR foram melhor debatidas na Dissertação de Mestrado: PAULA, Adriano Makux de. **Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em**



Existem também, questões internas dos próprios sujeitos que desejam suprir as suas ilusões de encontrar uma vida melhor na cidade, fato que exercer papel fundamental na decisão de migrar como mostra a fala da Teodora (2013). Silva e Menezes, (s\d, p.5-6) relatam essas questões:

Além das determinações estruturais, as relações de representações sociais dos agentes da migração explicam suas trajetórias e seus destinos entendidos numa dialética de aceitação-recusa, determinação-indeterminação, realidade-ilusão. A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). [...] As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apoia sobre uma base social.

Observou-se nos trabalhos de campo que a migração para os lugares que foram citados anteriormente está ligado a duas questões: primeiro, o dinamismo econômicos desses centros e segundo o fato de já ter alguém da família que migrou nesse lugar. Essa segunda questão tem sido explicada pelo conceito de é o de redes sociais ou de parentesco, os quais são redes criadas pelas famílias que já tiveram experiência de migração e oferecem aqueles que estão por migrar informações, local para ficar e até encontram trabalho para eles, como mostra a fala da Teodora (2013):

**Autor:** Existia algum apoio familiar quando você chegou ao seu destino? **Sr. Teodora:** Ele foi importante, **Autor:** Por que? **Sr. Teodora:** Quatro irmão – Foram muito importante, me ajudaram, morrei com a minha irmã, me ajudaram através deles que eu arrumei um emprego bom. Se não tivesse eles antes não teria ido, o primeiro que foi o irmão Salvador que foi busca uma vida melhor. (...)

Nota-se que a falta da camponesa já começa com “foi importante”, ou seja, o apoio de familiares e amigos é fundamental para que os fluxos migratórios ocorram em determinados lugares. Ela deixa ainda mais claro quando diz que sem a ajuda dos irmãos ela não teria migrado. Aqui ocorre a união de dois fatores principais que explicam a des-

re-territorialização dos camponeses. De um lado as péssimas condições de continuar se reproduzindo no campo, de outro a oportunidade de emprego e a segurança de ter um lugar para morar e começar uma nova vida. Tilly, (1990) apud Cunha e Duarte (s/d, p.531) tentando explicar esse fenômeno em escala mundial dizendo que:

[...] a grande maioria dos migrantes potenciais de longa distância [...] selecionam informações dos seus chefes de família para as decisões migratórias [...] das relações entre as pessoas dos membros da família e suas redes inter-pessoais, e confiam nessas redes para sua assistência tanto na movimentação como no estabelecimento em seu destino. Essa atividade é reproduzida e estendida para suas próprias redes, especialmente para as áreas de migração em que eles adquirem a possibilidade, e obrigação, de fornecer informações e ajudar os potenciais migrantes. A partir de suas redes pessoais, os migrantes potenciais desistem de considerar vários destinos teoricamente disponíveis e concentram seus esforços naquelas poucas localidades que possuem laços fortes [...] (TILLY, 1990).

Enquanto esteve morando em Joinville-SC a Sra. Teodora passou por três diferentes ocupações no espaço urbano antes de retornar a propriedade para ficar com a sua mãe já com idade avançada. Primeiro ela trabalhou em um colégio, depois de ajudante em uma panificadora e por último na indústria de tabaco, como ela mesma conta: “Trabalhava no colégio Marli Maria de Souza, Panificadora e na Tabaco trabalhava na esteira, classificando” essa plasticidade é reflexo das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a qual tem por um das suas principais faces a instabilidade, a qual faz como que o trabalhador exerça vários papéis em curtos períodos. Uma das principais consequências é a não criação de um pertencimento de classe. O caso da Sra. Teodora é exemplar nesse sentido, pois ela foi camponesa, servente, atendente, operário de indústria e por fim voltou a ser camponesa.

Esses processos são reflexos da reorganização do trabalho criada pelo modo de produção toyotista que vem diminuindo cada vez mais a inserção de pessoas com menor qualificação nas indústrias ou em empregos que tragam mais estabilidade como Antunes (2009, p.43) relata:

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “*polivalente e multifuncional*” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural. Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (Grifos do autor)

Essas novas formas de organização do trabalho podem ser verificadas em Pitanga, quando analisamos o fenômeno que muitos autores chamam de pluriatividade no campo.

A pluriatividade seria atividades desenvolvidas fora do âmbito da produção agropecuária nas unidades familiares, o que na verdade deixa ainda mais explícito o processo de expropriação que o capital executa no campo. Este obriga muitos camponeses, jovens ou não a se proletarizar durante parte do ano, ou então se tornar empregado fixo (como os caseiros de chácaras), mas continuar a se reproduzir e morando no campo, Mendonça e Thomaz Jr (2002, p.35-36) mostrando as transformações causadas pela modificação nas relações de produção no campo com a consolidação da modernização relatam que:

A requalificação das relações de produção e de trabalho promoveu o aparecimento de formas consorciadas de trabalho nas lavouras, onde temos: - trabalhadores altamente qualificados ao lado de trabalhadores temporários (bóias-frias); - trabalho familiar em grandes empreendimentos comerciais, combinado com variadas formas de trabalho precário – bóias-frias, produtores integrados, trabalho em tempo parcial, etc;- pluriatividade em pequenas e médias propriedades rurais voltadas exclusivamente para o mercado;- o crescimento das rendas não-agrícolas para parcela significativa dos produtores rurais, principalmente aqueles situados nas proximidades dos centros urbanos;- o aparecimento de atividades não-agrícolas, como ecoturismo, hotéis fazendas, pesque e pague e outras;- e, a subproletarização e fragilização cada vez maior dos pequenos produtores que ainda tentam sobreviver do trabalho agrícola tradicional;



A pluriatividade pode ser considerada como um reflexo da realidade e das contradições no campo criada pela dinâmica do capitalismo que obriga que membros das famílias camponesas busquem remuneração fora da propriedade ou então encontrem atividades como: as migrações para trabalhar na colheita da maçã ou se empregam em indústrias localizadas no espaço rural, como a Coamo que possui unidades em duas comunidades rurais: Bom Retiro e Arrio Grande e contrata esses trabalhadores, principalmente, para a atividade de saqueiro durante as safras da soja e do milho. Sobre essa questão Anjos (2013, p.57) relata que:

Os estabelecimentos tipicamente "pluriativos" seriam tanto aqueles que não são capazes de ocupar plenamente a força de trabalho residente, como também as situações em que o caixa da unidade de produção é igualmente alimentado por fontes de ingresso econômico extra-agrícolas, sejam estas provenientes da venda externa da força de trabalho e/ou mediante iniciativas levadas a cabo no interior das explorações que pouco ou nada têm a ver com as atividades agropecuárias.

Durante o trabalho de campo foram entrevistados trabalhadores selecionados para a colheita de maçã em Fraiburgo-SC, os quais, em sua maioria eram camponeses que enfrentam grandes dificuldades em gerar renda na sua propriedade e que se obrigavam a migrar três, quatro meses do ano em busca de uma renda extra.

A opção por trabalhar fora é uma estratégia para poder continuar vivendo no campo. Mas ela é forçada pelas condições que o capital tem imposto, no qual muitos agricultores têm pouca terra e poucos tem muita. E devido às transformações no mundo do trabalho no rural, não encontram emprego em outras propriedades para completar a renda ou não têm condições de produzir como o capital exige. Fala do Sr. Jurandir é ilustrativa nesse sentido: “Não eu já me criei, diz que me criei na roça né, já direto né, só que daí agora não tem mais você não aguenta mais trabalha na lavoura não tem mais como você fica né, daí tem cai fora né”. A QUADRO 1 mostra o número e a porcentagem de propriedades camponesas que possuem a pluriatividade presente na sua realidade e destas quais são agropecuárias e não agropecuárias:

QUADRO 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES QUE O PRODUTOR DECLAROU TER ATIVIDADES FORA DO ESTABELECIMENTO.

Pitanga-PR	Número de Estab.	Porcentagem dos Estab.
<b>Estab. Familiar</b>	3.106	100
<b>Atividades Fora Unidade familiar</b>	707	22,7
<b>Atividade na Agropecuária</b>	355	11,4
<b>Atividade Não Agrop.</b>	330	10,6
<b>Atividade Agropecuária e Não Agropecuária</b>	22	3,2

FONTE: IBGE, 2010. CENSO AGROPECUÁRIO(2006).

Nesse QUADRO 1, observa-se que existe quase uma igualdade na distribuição das atividades não agropecuárias e agropecuárias. Esse número de pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias se explica pela existência de algumas indústrias que estão localizadas na área rural do município e absorve a mão-de-obra das propriedades camponesas, como a Indústria Podolan de Papel Ltda. (INPOPEL).

Se empregar fora da propriedade está ligada também a possibilidade de algum membro familiar permanecer cuidando dos afazeres durante a ausência do sujeito que migra para trabalhar, o qual é geralmente o “chefe” da família ou os filhos mais jovens que não encontram emprego ou não conseguem desenvolver alguma atividade que gere renda na propriedade dos pais. O Sr. Jair contando que trabalha com gado leiteiro na propriedade relata que só consegue migrar para a colheita da maçã em função da permanência da mulher e do filho na propriedade “**Autor:** Por que o Sr. decidiu ir trabalhar na colheita da maçã ? **Sr. Jair:** Não é por causa que minha mulher cuida e meu piá cuida os dois [da propriedade], e eu ganho meus troco ai pra fora”.

Dessa forma concorda-se com Casalino e Machado (2010, p.69) quando dizem que:

O projeto para o meio rural brasileiro, sob o enfoque da industrialização da agricultura, promoveu uma proletarização rural, fato chave para a nova dinâmica de acumulação capitalista no campo. Com a perda da função de produzir alimentos, o produtor rural camponês que não se atrela às cadeias verticais de integração com a agroindústria é forçado a deixar sua propriedade para vender sua força de trabalho, seja em tempo total ou parcial, em outras esferas do circuito capitalista

Analisando o processo de expropriação/desterritorialização que a agricultura camponesa vem sofrendo, vemos que a precarização da propriedade e do trabalho rural está forçando os camponeses a buscar outras possibilidades para continuar se reproduzindo, como por exemplo, a pluriatividade. Essa realidade favorece tanto os capitalistas locais que vão se apropriando da renda e das terras desses sujeitos, inclusive por meio do arrendamento, quanto os capitalistas que se aproveitam dessa precariedade para absorver mão de obra barata em determinados períodos do ano por meio de contratos temporários, garantindo que estes gerem ainda mais lucro.

Grande parte desse processo é incentivada direta ou indiretamente pelo Estado. Diretamente com a criação de políticas públicas que em vez de promover a permanência da agricultura camponesa muitas vezes acaba por acelerar o processo de expropriação/desterritorialização ou então nega o acesso a políticas mais efetivas como a reforma agrária. Indiretamente, ele interfere na questão mantendo o *status quo* de uma elite agrária que sempre se manteve no poder e conseguiu volumosos recursos públicos para expandir o capital agrário e manter as estruturas que dão base a sua ação, entre elas, a alta concentração fundiária.

### **Considerações Finais.**

As transformações no mundo do trabalho também impactaram diretamente o campo, como mostrou o caso estudado, principalmente, a partir da década de 1980, quando a modernização expropriadora se consolidou e trouxe consigo os seus conflitos. Hoje ela ainda continua expropriando/desterritorializando, pela escassez da oferta de emprego e pelo monopólio comercial que esta consolidou no território estudado.

Diante desse contexto, a plasticidade e o movimento territorial de classe da classe trabalhadora tem se tornado cada vez mais presente como uma estratégia desses sujeitos de se manterem territorializados no seu território ou como resultado da necessidade de reterritorializar em outros territórios para continuar se reproduzindo como um assalariado.

A nova ordem metabólica que o capital assumiu com a consolidação do Toyotismo reinventou as formas de explorar a mão de obra, a qual está mais sujeita a retirada de direitos já adquiridos, a redução dos salários, a terceirização e ao desemprego estrutural. A falta de pertencimento de classe dos trabalhadores acelera a retirada dos direitos trabalhista e esmaga as suas formas de representação social, no caso, os sindicatos e movimentos sociais.

## Referências

DOS ANJOS, Flavio Sacco. **Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas**. Estudos sociedade e agricultura, v. 1, 2013.

ANTUNES, R. L.C. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho** – 2. ed. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**. Revista Nera, n. 17, p. 65-80, 2012.

ORTEZ, E.E. e SCRIBANO A. **El proces metodológico de la investigacion cualitativa**. IV: SCRIBANO, Adrián. El proceso de investigación social cualitativo, Buenos Aires: Prometeo, 2008

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Revista Eletrônica do Nead, Brasília, 2006. Disponível em: [WWW.mda.nead.gov.br](http://WWW.mda.nead.gov.br).

SOUZA, Marcelo Lopes de, Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, Bertrand Brasil, 2ªed, Rio de Janeiro, 2015, p.320

THOMAZ JÚNIOR, Antonio . **(Des)Realização do trabalho: se camponês, se operário! (Repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil)**. In: ALASRU VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito. CD ROM, 2006. v. 1. p. 1-20.

THOMAZ JR. Antonio, **Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora**, Revista Pegada – vol. 14 n.2 1, dezembro/2013.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. Cap. 07, p. 169 a 189.